

A COMPETITIVIDADE TURÍSTICA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO EM DESTINOS BRASILEIROS

TOURISM COMPETITIVENESS: ANALYSIS OF BRAZILIAN STATES AND DESTINATIONS

GIULIA XISTO DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Titulação: Doutoranda em Administração – PPGA/UFSM

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9387-8936> / E-mail: giulioxisto@gmail.com

Av. Roraima nº 1000, Prédio 74C, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS

BEATRIZ KLIMECK

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Titulação: Graduada em Administração – UFSM

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9822-3912> / E-mail: bia.klimeck6@gmail.com

JESSICA DA SILVA MACIEL

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Titulação: Doutoranda em Administração – PPGA/UFSM

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6472-7845> / E-mail: jessicadsmaciel@gmail.com

CARLOS RAFAEL COSTA RÖHRIG

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Titulação: Doutorando em Administração – PPGA/UFSM

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0721-1615> / E-mail: crcost@gmail.com

LUCIANA DAVI TRAVERSO

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Titulação: Doutora em Administração de Empresas – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professora do Magistério Superior – Departamento de Ciências Administrativas/UFSM

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4641-1038> / E-mail: luciana.traverso@ufsm.br

Submissão: 13/11/2019. Revisão: 24/03/2021. Aceite: 30/06/2021. Publicação: 02/07/2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v14i3.5209>

RESUMO

O setor turístico tem ganhado destaque como campo de estudo, despertando interesse crescente nos pesquisadores, principalmente no que tange a sua competitividade. Isso ocorre em razão da atividade turística ter adquirido vasta relevância devido ao impacto positivo gerado no crescimento econômico de uma região ou localidade. Este estudo analisa os Índices de Competitividade (IC) de 65 destinos indutores, bem como sua relação com o Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios (IDHM). A metodologia utilizada para análise dos dados foi a estatística descritiva, complementada com a Correlação de Pearson na análise da relação entre o IC e o IDHM. Os resultados apontam que há uma relação forte e significativa entre as variáveis IC e IDHM. Este trabalho contribui para evidenciar a relação entre desenvolvimento humano das cidades e a competitividade da atividade turística, evidenciando a tendência que os municípios com elevado IDHM sejam também os com IC elevado.

Palavras-chave: Turismo. Competitividade. Índice de Competitividade. IDHM. Destinos Indutores.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

ABSTRACT

The tourism sector has gained proeminence as a field of study, arousing raising interest on the researchers, especially in what concerns its competitiveness. This occurs since tourist activity has acquired great relevance because of positive impact generated by the economic growth of a region. This study analyses the Competitiveness Index (IC) of 65 “inductive” destinations, and their relationship with the Human Development Index for Cities (IDHM). The methodology employed to analyse data was descriptive. The results shown that there is a strong and significant relation with the IC and IDHM variables. This paper contributes to demonstrate the relationship between human development of cities and the competitiveness of tourism, showing the tendency that cities with high IDHM are also those with high IC.

Keywords: Tourism. Competitiveness. Competitiveness Index. IDHM. Inductive Destinations.

1 INTRODUÇÃO

O setor de turismo se destaca no mundo por ser um impulsionador do crescimento econômico e social, colaborando para a geração de empregos, receitas e impostos, além do aumento do Produto Interno Bruto – PIB (MONTEIRO; FERNANDES, 2015). Para o desenvolvimento do setor, contudo, segundo Domareski-Ruiz (2011), a indústria turística depende de bons atrativos por ser baseada na oferta de recursos e serviços, os quais devem compartilhar de ganhos e perdas em razão das vantagens competitivas.

Visto que a competitividade é um conceito dinâmico, ou seja, ações estratégicas adotadas em determinado momento podem se tornar defasadas em outro, é preciso acompanhar as demandas que ambiente apresenta a fim de lograr vantagem competitiva. Essas vantagens podem ser conquistadas, por meio da inovação e pela capacidade tecnológica, dentre outros fatores (FAGERBERG; SRHOLEC; KNELL, 2007). De acordo com os autores esses aspectos diferenciam economias, países ou indústrias e chegam mais perto de abordagens competitivas sob a perspectiva da eficiência.

A competitividade turística, por sua vez, declara não envolver apenas recursos naturais e culturais ou a estrutura de desenvolvimento da atividade turística de um destino, mas também sua base governamental e social, a fim de atingir uma visão abrangente dos fatores influenciadores diretos e indiretos de seu desempenho (HOFFMANN, 2013 *apud* PRZYBYSZEWSKI; FERNANDES; NIADA, 2017).

A competitividade de um destino turístico tem como premissa satisfazer com eficiência econômica e ambiental as necessidades dos fluxos turísticos, garantindo a preservação das próprias qualidades territoriais e contribuindo para melhorar o bem-estar da sua comunidade (DOMARESKI-RUIZ; GÂNDARA, 2015).

No Brasil, a competitividade passou a ser examinada a partir do Programa de Regionalização do Turismo, programa este que identificou 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico brasileiro, que podem ser visualizados na descrição das escolhas metodológicas deste trabalho. Os destinos indutores são aqueles que têm a capacidade de induzir o desenvolvimento regional, caracterizados por serem receptores e/ou distribuidores de um fluxo turístico (MTur, 2008).

A partir desta estruturação dos destinos indutores puderam ser feitas pesquisas e posteriormente relatórios com o intuito de estruturar estes destinos, visando aumentar sua competitividade, com o pensamento de que “o turismo não se desenvolve em apenas um município, mas sim em uma região que possui identidade turística” (FAVERO, 2012, p. 2). Além

disto, é pertinente considerar que é fundamental que a competitividade seja analisada no setor de turismo brasileiro e, principalmente, seja monitorada nos principais destinos indutores brasileiros, pois é através destas análises que cada destino ou estado conseguirá verificar o seu progresso e se desenvolver de forma correta (MTur, 2015).

O turismo no Brasil possui destaque internacional por sua beleza natural e um vasto território coberto pelas mais diversas paisagens, além disso, conta com atrações culturais que chamam a atenção, como o carnaval, samba e futebol (SOARES, 2016). Para o autor, mesmo com esse grande potencial, o turismo no país ainda é incipiente e necessita de planejamento e investimentos governamentais, principalmente com relação à infraestrutura, segurança, mobilidade e sustentabilidade. Pensando nisso, este trabalho tem o intuito de contribuir para a esfera do turismo brasileiro, com o objetivo de analisar os índices de competitividade (IC) dos 65 destinos indutores e dos estados, avaliando sua relação com o índice de desenvolvimento humano por município (IDHM) para compreender as relações entre esses índices nos destinos turísticos brasileiros, sendo um documento útil para a gestão nas cidades.

Com o intuito de dar resposta ao presente trabalho, utilizou-se como suporte metodológico a pesquisa documental, alicerçada nos relatórios de índices de competitividade do turismo nacional de 2015 e no *ranking* do índice de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros de 2010 e, para análise dos dados, foi utilizada a estatística descritiva dos dados secundários, sendo também realizada a correlação de Pearson na análise da relação entre o IC e o IDHM.

2 COMPETITIVIDADE NOS DESTINOS TURÍSTICOS

Conforme Mota, Vianna e Anjos (2013), a competitividade costumava ser explorada apenas no contexto empresarial, tendo por referência a teoria elaborada por Porter (1986), que compreende as “cinco forças competitivas” ou o “modelo das cinco forças”. O estudo de Porter (1986) tornou exequível a verificação de que cinco grupos distintos - fornecedores, compradores, concorrentes, produtos e/ou serviços substitutos e novos entrantes – que moldavam a lucratividade e o grau de concorrência dentro de algum setor específico de mercado.

Posteriormente, Porter (1989), passou a explorar a competitividade no contexto das nações, compreendendo atores e entidades fundamentais em dado país, dessa forma a competitividade amplia-se de um nível corporativo para uma abrangência nacional. De acordo com Mota, Vianna e Anjos (2013, p. 36), o “Diamante de Porter” emerge como um novo modelo que abrange a conexão entre quatro forças, sendo elas: “as condições de fatores, as condições de demanda, as indústrias correlatas e de apoio, e as estratégias, estrutura e rivalidade das empresas”. Porter (1989), afirma que neste modelo essas forças são as principais determinantes, no entanto salienta que imprevistos as afetam diretamente, bem como o governo das nações que poderá beneficiar a performance de um conjunto de indústrias.

No âmbito do turismo, estudos iniciais referentes à competitividade estavam relacionados aos destinos turísticos, tendo em vista que, com a eclosão de novos destinos concomitantemente com a evolução tecnológica de informação no setor, fez-se necessário que se construíssem vantagens face à concorrência (LIMBERGER; ANJOS; FILLUS, 2012). Sendo assim, Gândara (2008), salienta a importância de cada destino turístico determinar quais são os elementos que se constituem em diferenciais competitivos, a fim de formar uma imagem sobressaliente em relação aos demais, tendo em vista que a construção de uma imagem diferenciada é fator que tem ganhado destaque no que tange objetivos estratégicos que visam

alcançar uma vantagem competitiva. Somado a isso, Chim-Miki, Domareski-Ruiz e Batista-Canino (2016, p. 108), declaram que a “competitividade pode ser entendida como a capacidade crescente de gerar negócios lucrativos nas atividades econômicas relacionadas, de forma sustentável, superior à concorrência”, de modo que os princípios administrativos trabalham paralelamente a fim de atingir o desenvolvimento.

A competitividade turística costumava ser definida como a aptidão de um destino conservar sua posição no mercado e prosperá-la no decorrer do tempo (HASSAN, 2000). Com o passar dos anos, novos parâmetros foram sendo agregados, tais como sustentabilidade, satisfação e crescimento econômico da população habitante (BUHALIS, 2000). Dessa forma, a competitividade não se refere apenas aos negócios diretamente envolvidos no setor turístico, pois somado a isso existe um amplo conjunto de relações capazes de desenvolver sinergias e possibilitar o desempenho das empresas, bem como o desenvolvimento local (VIEIRA, HOFMANN, DIAS *et al.*, 2019).

De acordo com Malakauskaite e Navickas (2010), a competitividade pode ser caracterizada como consequência da coesão entre aspectos naturais e humanos constituídos nos recursos do destino turístico, sendo determinada por meio da habilidade das empresas de turismo em conquistar novos visitantes e ampliar seus gastos, propiciando experiências que produzam valor para o consumidor a partir da oferta de bens e serviços de qualidade. Sendo assim, a competitividade contribui de forma expressiva para o desenvolvimento econômico (MALAKAUSKAITE; NAVICKAS, 2010). Entretanto, atualmente não existe consonância acerca da definição de competitividade do destino e turístico tampouco referente aos fatores que a determinam (SETTE; SANTOS; UVINHA, 2017). Contudo, embora haja essa falta de delimitação, o que há em comum à todas as abordagens, segundo Domareski-Ruiz, Akel e Gândara (2015, p. 18), consiste no fato que “toda proposta de desenvolvimento da competitividade de destinos turísticos está focada na geração de emprego e renda e no intuito de promover o desenvolvimento econômico”.

Pode-se definir a competitividade de destinos turísticos como um conceito multidimensional, que demanda superioridade em variados aspectos para ser conquistada (FONTELES, 2004). Corroborando com essa visão, Crouch e Ritchie (1999, p. 139), declaram que: “para obter sucesso, as destinações precisam garantir que sua atratividade geral, e a totalidade das experiências que entregam a seus visitantes, devem ser iguais ou superiores àquelas experiências alternativas de destinos aberta aos potenciais visitantes”. Sendo assim, a competitividade em destinos turísticos pode se diferenciar em dois tipos: comparativa e competitiva, onde as vantagens comparativas referem-se aos elementos característicos da região, como aspectos históricos, naturais e culturais, já as vantagens competitivas concernem às medidas adotadas para se sobressair em relação aos demais concorrentes (HASSAN, 2000). O autor ainda evidencia que o interesse do turista pelo destino é determinado pela manutenção das vantagens comparativas. Contudo, Kim e Dwyer (2003), constatam que as vantagens logradas podem apresentar somente benefícios temporários, caso não haja o monitoramento adequado para que consigam ser sustentadas tanto no que tange aspectos econômicos, como ecológicos, culturais, políticos e sociais, a fim de assegurar uma vantagem que perdure.

Tendo em vista o exposto, as abordagens tratadas revelam que a competitividade no contexto do turismo demanda estudos contínuos e monitoráveis, no intuito de tornar exequível uma análise mais precisa tanto acerca da atividade como do mercado no qual está inserida, propiciando uma precisão mais acentuada em possíveis planejamentos a serem

realizados na realidade onde estão localizados os destinos (RODRIGUES; PEREIRA; AÑAÑA, 2015).

2.1 COMPETITIVIDADE DOS 65 DESTINOS INDUTORES BRASILEIROS

A competitividade tem conquistado posição de destaque no âmbito do turismo, haja visto a importância do papel que esta assume na geração de benefícios sociais e econômicos de uma região. Isto posto, considera-se que uma destinação se mantém competitiva ao gerar qualidade de vida aos residentes, viabilizando vantagens econômicas por meio da geração de renda, garantindo benefícios na esfera social por meio da cultura gerada (VIANNA; STEIN, 2015). Para tanto, Rodrigues, Pereira e Añaña (2015), defendem que, apesar de ser uma tarefa difícil, é fundamental para o crescimento de qualquer destino turístico que sejam identificadas suas forças e fraquezas, bem como mensurada sua competitividade. Isso dará suporte aos gestores na realização de planos de ações a serem implementados visando otimizar os resultados.

Conforme Rodrigues, Pereira e Añaña (2015), a expansão do turismo tem provocado necessidade de inovação nos destinos turísticos, no intuito de acompanhar as mudanças dos consumidores. Tendo em vista o contexto do cenário nacional brasileiro desprovido de indicadores da atividade turística, foi solicitado no ano de 2007 à Fundação Getúlio Vargas (FGV) pelo Ministério do Turismo (MTur) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a construção de um estudo capaz de assimilar e monitorar o avanço da atividade turística de destinos turísticos ao longo do tempo (BRASIL, 2010). Este estudo abrange os 65 destinos indutores brasileiros, sendo a pesquisa elaborada com base no Plano Nacional de Turismo e do Programa de regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, no qual os municípios a serem analisados foram estipulados tendo em vista seu grau de relevância e suas qualificações turísticas (MTur, 2008). O propósito central deste estudo realizado pela parceria MTur, FGV e SEBRAE foi diagnosticar a realidade dos destinos indutores, no intuito de possibilitar que cada destino fosse capaz de realizar a mensuração de seu grau de competitividade para, a partir disso, elaborar estratégias que proporcionem maiores vantagens competitivas (MTur, 2015).

A metodologia foi desenvolvida com base em 13 dimensões que compõem o Índice de Competitividade Geral (IC): Infraestrutura geral; Acesso; Serviços e equipamentos turísticos; Atrativos turísticos; Marketing e promoção do destino; Políticas públicas; Cooperação regional; Monitoramento; Economia local; Capacidade empresarial; Aspectos sociais; Aspectos ambientais; Aspectos culturais – ligadas à atividade turística. Também, engloba-se variáveis como o IDHM, IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação.

3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR MUNICÍPIOS

Conforme especificado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), as três dimensões utilizadas no IDHM são Longevidade, Educação e Renda, que compõem também índices próprios para cada um dos municípios. A variável medida pela dimensão Longevidade é a esperança de vida ao nascer, que consiste no número médio de anos que as pessoas no município viveriam se mantidos os padrões de mortalidade; a dimensão Educação é medida pela escolaridade da população adulta – com 18 anos ou mais e ensino fundamental completo - e pelo fluxo escolar dos jovens, representado pela média de jovens de 5 a 20 anos frequentando a escola em nível considerado ideal; e a dimensão Renda, calculada considerando a renda per capita municipal, que é a renda média mensal dos

indivíduos residentes na cidade, representando assim a capacidade média de aquisição de bens e serviços dos habitantes (PNUD, 2013).

O IDHM consiste em um número de 0 a 1, em que quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano daquele município, sendo o Brasil um dos pioneiros na adaptação do IDH para a realidade regional, elaborando assim um índice amplamente utilizado por gestores, relevante para a orientação de políticas e referência para a sociedade brasileira (PNUD, 2013).

Mattei, Bezerra e Mello (2018), comentam que o diferencial do IDHM é adequar a metodologia utilizada em nível global para o contexto nacional, avaliando assim o desenvolvimento municipal e adaptando-se aos indicadores brasileiros disponíveis. Mesmo utilizando as mesmas dimensões do IDH global, ou seja, saúde educação e renda, os indicadores que compõem o IDHM são mais apropriados para o desenvolvimento municipal, retratando parte da “história” dessas cidades no que se refere a tais dimensões do desenvolvimento humano (PNUD, 2013).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo tem como objetivo analisar a competitividade turística dos destinos brasileiros e suas relações com os IDHMs. O método escolhido para analisar a competitividade dos municípios brasileiros foi uma análise descritiva dos dados. A pesquisa foi elaborada com base nos relatórios dos estudos de competitividade dos 65 destinos indutores, além de seus respectivos IDHMs.

Os relatórios dos destinos indutores foram realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Microempresas (SEBRAE), a partir de demanda de projeto elaborado pelo Ministério do Turismo. Para a realização desses relatórios foram estabelecidas 13 dimensões sendo elas: infraestrutura geral, serviços e equipamentos turísticos, acesso, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais. Subdividindo-as em variáveis, a partir destas dimensões, o relatório consiste na “verificação das capacidades, direta e indiretamente relacionadas a atividade turística, considerando-se que essas são as que mais qualificam um destino como competitivo no turismo, de maior ou menor grau” (MTur, 2014, p. 55).

Também foram utilizados os Índices de Desenvolvimento Humano de cada município disponíveis nos canais do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do último censo realizado (2010). Com a finalidade de verificar a relação entre o IC e o IDHM foi utilizado o Coeficiente de Correlação Pearson que, de acordo com Collis e Hussey (2005), refere-se a uma técnica paramétrica que indica a medida de força de associação entre duas variáveis. Conforme Hair, Black, Babin *et al.* (2009), o coeficiente de correlação de Pearson tem o objetivo de medir a associação linear entre duas variáveis métricas e possui variação de -1,00 a +1,00. Valores de coeficiente “r” próximos a +1 indicam pouca dispersão, o que expressa uma correlação forte e positiva; já os valores próximos de “zero” indicam muita dispersão e ausência de relação entre as variáveis, e, por fim, o valor de “r” próximo de -1 significa pouca dispersão e uma correlação negativa forte (LOPES, 2016). A análise por meio de estatística descritiva e Correlação de Pearson possibilitou identificar a associação linear entre o Índice de Competitividade (IC) e o Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios (IDHM).

5 ANÁLISE E DICUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa seção tem por finalidade apresentar os resultados dos 65 municípios indutores do turismo em relação ao Índice de Competitividade (IC) e o Índice de Desenvolvimento Humano por Municípios (IDHM). Comparando o último índice de competitividade (2015) de cada um dos municípios com o seu último IDHM (2010), obtém-se a Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de Competitividade e IDHM de cada um dos 65 municípios por ordem alfabética

UF	Municípios	IC 2015	IDHM 2010	UF	Municípios	IC 2015	IDHM 2010
GO	Alto Paraíso de Goiás	45.2	0.713	AL	Maceió	65.7	0.721
RJ	Angra dos Reis	59.9	0.724	AM	Manaus	67.9	0.737
SE	Aracaju	64	0.77	AL	Maragogi	45.5	0.574
CE	Aracati	48	0.655	BA	Maraú	41.1	0.593
RJ	Armação dos Búzios	52	0.728	BA	Mata de São João	56	0.668
SC	Balneário Camboriú	70.5	0.845	TO	Mateiros	32.8	0.607
AM	Barcelos	35	0.5	RN	Natal	65.7	0.763
MA	Barreirinhas	43.1	0.57	CE	Nova Olinda	44.4	0.625
PA	Belém	63.8	0.746	MG	Ouro Preto	69.3	0.741
MG	Belo Horizonte	79.2	0.81	TO	Palmas	57.4	0.788
RS	Bento Gonçalves	72.9	0.778	PR	Paranaguá	66.7	0.75
RR	Boa Vista	56.4	0.752	RJ	Paraty	52.2	0.693
MS	Bonito	58.5	0.67	AM	Parintins	43.4	0.658
DF	Brasília	72.8	0.824	PI	Parnaíba	45.2	0.687
MT	Cáceres	52.2	0.708	GO	Pirenópolis	53.6	0.693
GO	Caldas Novas	57.1	0.733	RJ	Petrópolis	70.5	0.745
MS	Campo Grande	65.4	0.784	BA	Porto Seguro	58.9	0.676
MS	Corumbá	62.4	0.7	RO	Porto Velho	52	0.736
MT	Cuiabá	61.9	0.785	RS	Porto Alegre	81	0.805
PR	Curitiba	80.4	0.823	PE	Recife	77.2	0.772
MG	Diamantina	62.4	0.716	AC	Rio Branco	56.4	0.727
PE	Fernando de Noronha	52.1	0.788	RJ	Rio de Janeiro	81.1	0.799
SC	Florianópolis	75.9	0.847	BA	Salvador	77	0.759
CE	Fortaleza	71.9	0.754	PA	Santarém	57.5	0.691
PR	Foz do Iguaçu	76.3	0.751	SC	São Joaquim	48.4	0.687
GO	Goiânia	68.5	0.799	MA	São Luís	68.6	0.768
RS	Gramado	65.4	0.764	PI	São Raimundo Nonato	40.6	0.661
SP	Ilhabela	60.5	0.756	SP	São Paulo	83.2	0.805
PE	Ipojuca	51.8	0.619	PI	Teresina	59.9	0.751
CE	Jijoca de Jericoacoara	45.9	0.652	RN	Tibau do Sul	43.1	0.645
PB	João Pessoa	71.4	0.763	MG	Tiradentes	52.8	0.740
BA	Lençóis	52.9	0.623	ES	Vitória	75.2	0.845
AP	Macapá	53.6	0.733				

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Observa-se que 8 dos 65 destinos têm o IDHM muito alto (acima de 0.8), 36 destinos têm IDHM alto (0.7 a 0.799), 17 têm IDHM médio (0.6 a 0.699) e apenas 4 têm IDHM baixo (0.5 a 0.599). Através da análise de correlação bivariada, identificou-se que a associação entre IC e IDHM foi positiva e estatisticamente significativa, tendo o coeficiente de correlação (r) o valor de 0,823 (conforme a tabela 2).

Tabela 2 – Associação entre IDHM e IC

Variáveis	IDHM	IC
IDHM	1	0,823**
IC	0,823**	1

** Valores significativos ao nível de 1%.

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

A análise de correlação bivariada demonstra que o IC e o IDHM apresentam uma forte associação tendo em vista que o valor encontrado ficou próximo de 1, e há uma relação diretamente proporcional entre as variáveis pois o coeficiente é positivo. Esse resultado corrobora com Domareski-Ruiz e Gândara (2015), que afirmam que a competitividade de destinos turísticos está relacionada com a forma como estes buscam satisfazer ao público visitante ao mesmo tempo que fornece condições de preservar seu patrimônio ambiental e ampliar a qualidade de vida de sua comunidade. Então, uma cidade mais competitiva tende a apresentar aspectos relacionados a um maior desenvolvimento humano.

De forma a demonstrar descritivamente as relações apresentadas, foram ranqueados os 10 destinos com maior IDHM (Tabela 3) e os 10 destinos com menor (Tabela 4), a fim de demonstrar as relações entre o IDHM e IC.

Tabela 3 – Os 10 destinos com maior IDHM e os 10 destinos com maior IC dentre os 65

Nº	UF	Municípios	IDHM 2010	UF	Municípios	IC 2015
1	SC	Florianópolis	0.847	SP	São Paulo	83.2
2	ES	Vitória	0.845	RJ	Rio de Janeiro	81.1
3	SC	Balneário Camboriú	0.845	RS	Porto Alegre	81
4	DF	Brasília	0.824	PR	Curitiba	80.4
5	PR	Curitiba	0.823	MG	Belo Horizonte	79.2
6	MG	Belo Horizonte	0.81	PE	Recife	77.2
7	SP	São Paulo	0.805	BA	Salvador	77
8	RS	Porto Alegre	0.805	PR	Foz do Iguaçu	76.3
9	RJ	Rio de Janeiro	0.799	SC	Florianópolis	75.9
10	GO	Goiânia	0.799	ES	Vitória	75.2

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Embora em posições diferentes entre os dois rankings, 7 dos 10 municípios aparecem com maior IC e maior IDHM entre os 65 destinos: Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória.

Considerando-se o contexto brasileiro, Belo Horizonte, que se encontra na 20ª posição do IDHM, Curitiba em 10ª, Florianópolis em 3ª, Porto Alegre em 28ª, Rio de Janeiro em 45ª, São Paulo em 28ª e Vitória em 4ª, ou seja, dentre os 10 destinos com maior índice de competitividade, 7 deles estão também entre os 50 municípios com maior IDHM no Brasil, além disto, estas 7 cidades são capitais de seus estados.

Novamente a maioria (6 dentre os 10 municípios) com menor IDHM também possuem o menor IC dentre os 65 municípios indutores do turismo no Brasil, são eles: Barcelos, Barreirinhas, Maraú, Mateiros, Nova Olinda e Tibau do Sul. Não há nenhuma capital citada dentre esses destinos. Destaca-se ainda, considerando-se o contexto brasileiro, que Barcelos se encontra na 5531ª posição no IDHM, Barreirinhas em 4841ª, Maraú em 4309ª, Mateiros em 3984ª, Nova Olinda em 3587ª e Tibau do Sul em 3201ª. Vale ressaltar que são 5.565 os municípios citados no IDHM 2010, ou seja, de fato o IDHM destes municípios é baixo.

Tabela 4 – Os 10 destinos com menor IDHM e os 10 destinos com menor IC dentre os 65

Nº	UF	Municípios	IDHM 2010	UF	Municípios	IC 2015
56	CE	Jijoca de Jericoacoara	0.652	GO	Alto Paraíso de Goiás	45,2
57	RN	Tibau do Sul	0.645	PI	Parnaíba	45,2
58	CE	Nova Olinda	0.625	CE	Nova Olinda	44,4
59	BA	Lençóis	0.623	AM	Parintins	43,4
60	PE	Ipojuca	0.619	MA	Barreirinhas	43,1
61	TO	Mateiros	0.607	RN	Tibau do Sul	43,1
62	BA	Maraú	0.593	BA	Maraú	41,1
63	AL	Maragogi	0.574	PI	São Raimundo Nonato	40,6
64	MA	Barreirinhas	0.570	AM	Barcelos	35,0
65	AM	Barcelos	0.500	TO	Mateiros	32,8

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Considerando-se que a análise descritiva entre IDHM e IC evidenciou a existência de relação entre as variáveis e que a Correlação de Pearson reforçou essa a existência apresentando uma relação forte e positiva, optou-se por analisar os 7 destinos com maior IC e IDHM e os 6 destinos com menor IC e IDHM, quanto as variáveis que o Índice de Competitividade engloba (apresentadas nas Tabelas 5 e 6) e as variáveis do Índice de Desenvolvimento Humano por Município (apresentados nas Tabelas 7 e 8). Para fins de análise, os maiores números estão em negrito e os menores estão sublinhados.

Dentre os 7 destinos, São Paulo aparece com o maior Índice Geral de Competitividade e, também, maior pontuação nas variáveis Acesso, Serviço e Equipamento, Atrativos, Monitoramento, Economia Local e Capacidade Empresarial. Curitiba, por sua vez, aparece em primeiro lugar nas variáveis Infraestrutura, Políticas Públicas, Cooperação Regional, Aspectos Sociais e Aspectos Ambientais. Já a variável Marketing tem Porto Alegre em primeiro lugar.

Com relação ao menor IC, está Vitória que é responsável pelos menores valores, também, nas variáveis Acesso, Serviço e Equipamento, Atrativos e Políticas Públicas. Florianópolis é responsável pelo menor valor nas variáveis Monitoramento, Economia Local, Aspectos Sociais e Aspectos Ambientais. Curitiba, encontra-se na menor posição para Marketing e Capacidade Empresarial. As variáveis Infraestrutura e Cooperação Regional, tem o menor valor, nos destinos Belo Horizonte e São Paulo, respectivamente.

Já para os 6 destinos com menor IC e IDHM, as variações entre dados são maiores, por exemplo, Nova Olinda aparece com o maior Índice Geral de Competitividade e também tem a maior pontuação na variável Marketing, Cooperação Regional e Monitoramento. As variáveis Acesso, Serviço e Equipamento, Aspectos Sociais e Aspectos Ambientais, reúnem Tibau do Sul na primeira posição. Para as variáveis Infraestrutura e Capacidade Empresarial, Barreirinhas ocupa a primeira posição, enquanto Mateiros ocupa a primeira posição para Atrativos e Economia Local. Para a variável Políticas Públicas, Maraú aparece em primeiro lugar.

A respeito das menores posições, Mateiros tem o menor IC, também tem a menor pontuação em Infraestrutura, Serviço e Equipamento, Políticas Públicas e Aspectos Sociais. Maraú tem as menores posições em Acesso, Atrativos e Aspectos Ambientais, Barcelos ocupa a menor posição em Marketing e Cooperação Regional. Já Barreirinhas e Tibau do Sul tem as menores posições em Economia Local e Serviço e Equipamento, respectivamente.

Tabela 5 – O Índice Geral de Competitividade e suas variáveis nos 7 destinos com maior IC e IDH

UF	DESTINO	IC	IC1	IC2	IC3	IC4	IC5	IC6	IC7	IC8	IC9	IC10	IC11	IC12
MG	Belo Horizonte	79,2	<u>82,5</u>	79,6	86,6	68,7	86,3	78,4	58,3	80,3	87	94,8	70,3	79,3
PR	Curitiba	80,4	89,1	82	80,9	84,2	<u>56,1</u>	81,3	75,4	71,6	87,1	<u>92,7</u>	79,5	93,4
SC	Florianópolis	75,9	85,9	80,8	81,1	72,9	58,9	77	64,9	<u>52,3</u>	<u>78,8</u>	92,9	<u>68,4</u>	<u>75,1</u>
RS	Porto Alegre	81	83,5	91,6	83,4	66,5	90,1	78,4	40,2	66,1	92,5	94,7	78,3	82,5
RJ	Rio de Janeiro	81,1	84	92,1	89,9	85	58,7	67,6	55,2	62,2	95,2	96	69,9	84,6
SP	São Paulo	83,2	84,1	94	92,5	86	86,5	80,1	<u>32,7</u>	86,1	95,3	94,9	71,5	77,6
ES	Vitória	<u>75,2</u>	85	<u>71,3</u>	<u>69,2</u>	<u>61,9</u>	60,6	<u>66,6</u>	71,1	73,7	89,1	93,1	72,8	80,4

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Legenda: IC1: Infraestrutura; IC2: Acesso; IC3: Serviço e Equipamento; IC4: Atrativos; IC5: Marketing; IC6: Políticas Públicas; IC7: Cooperação Regional; IC8: Monitoramento; IC9: Economia Local; IC10: Capacidade Empresarial; IC11: Aspectos Sociais; IC12: Aspectos Ambientais.

Tabela 6 – O Índice Geral de Competitividade e suas variáveis nos 7 destinos com menor IC e IDH

UF	DESTINO	IC	IC1	IC2	IC3	IC4	IC5	IC6	IC7	IC8	IC9	IC10	IC11	IC12
AM	Barcelos	35	54,8	32,3	28,7	50,9	<u>7,2</u>	39	<u>19,1</u>	0	36,9	24,2	44,9	50,2
MA	Barreirinhas	43,1	61,1	32,7	40,1	55,7	30	54,1	49,1	0	<u>36,2</u>	43,7	39,7	62,9
BA	Maraú	41,1	41,8	<u>24,8</u>	32,8	<u>49,3</u>	41,8	60,6	67,9	0	45,7	26,1	46,9	<u>47,6</u>
TO	Mateiros	<u>32,8</u>	<u>31,1</u>	24,9	<u>19</u>	59,5	28,8	<u>31,7</u>	21,8	9	48,4	15,7	<u>38,7</u>	52,3
CE	Nova Olinda	44,4	58	35,3	35,2	55,1	45,2	37,8	72,1	17,4	47,1	17,4	41,3	58,9
RN	Tibau do Sul	43,1	49,2	50	41,7	51,2	28,5	43,4	45,5	15,7	45,7	<u>14,9</u>	50,3	66,5

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Legenda: IC1: Infraestrutura; IC2: Acesso; IC3: Serviço e Equipamento; IC4: Atrativos; IC5: Marketing; IC6: Políticas Públicas; IC7: Cooperação Regional; IC8: Monitoramento; IC9: Economia Local; IC10: Capacidade Empresarial; IC11: Aspectos Sociais; IC12: Aspectos Ambientais.

Além disso, também serão analisadas as variáveis do IDHM (Renda, Longevidade e Educação), conforme Tabelas 7 e 8, a fim de comparar com as variáveis já analisadas anteriormente.

Tabela 7 – IDHM e suas variáveis dos 6 maiores destinos entre IC e IDHM

UF	DESTINO	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
MG	Belo Horizonte	0.81	0.841	0.856	0.737
PR	Curitiba	0.823	0.850	0.855	0.768
SC	Florianópolis	0.847	0.870	0.873	0.800
RS	Porto Alegre	0.805	0.867	0.857	<u>0.702</u>
RJ	Rio de Janeiro	<u>0.799</u>	<u>0.840</u>	<u>0.845</u>	0.719
SP	São Paulo	0.805	0.843	0.855	0.725
ES	Vitória	0.845	0.876	0.855	0.805

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

Os maiores IDHMs são de Florianópolis e Vitória, respectivamente. Dentre as variáveis renda e educação, os dois municípios apresentam valores muito semelhantes, já na variável longevidade, Florianópolis apresenta um resultado maior. A menor posição fica com o Rio de Janeiro, no IDHM, IDHM Renda e IDHM Longevidade, já a menor posição no IDHM Educação é de Porto Alegre.

Tabela 8 – IDHM e suas variáveis dos 6 menores destinos entre IC e IDHM

UF	DESTINO	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
AM	Barcelos	<u>0.5</u>	0.545	<u>0.728</u>	<u>0.315</u>
MA	Barreirinhas	0.57	<u>0.515</u>	0.752	0.479
BA	Maraú	0.593	0.643	0.801	0.404
TO	Mateiros	0.607	0.586	0.823	0.463
CE	Nova Olinda	0.625	0.567	0.779	0.554
RN	Tibau do Sul	0.645	0.672	0.794	0.504

Fonte: elaborado pelos autores (2019).

A respeito dos destinos com menor IDHM, o maior deles é de Tibau do Sul, que também tem a maior posição na variável renda. Mateiros tem o maior IDHM Longevidade, enquanto Nova Olinda tem o maior IDHM Educação. As menores posições são de Barcelos, com menor IDHM e menor IDHM Longevidade e Educação, e de Barreirinhas com menor IDHM Renda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentalmente a competitividade está ligada à concorrência de mercado, podendo assim ser entendida como a soma de ações ou estratégias que visam o desenvolvimento do seu destino, estado ou até mesmo país (DOMARESKI-RUIZ; AKEL; GÂNDARA, 2015). Porém todo o processo de desenvolvimento, se considerado pelo viés da competitividade, pode contribuir positivamente para o turismo e suas destinações, especialmente para orientar aspectos que tenham como foco o planejamento, estrutura, apoio governamental, entre outros.

Com o objetivo de analisar os índices de competitividade (IC) dos 65 destinos indutores e dos estados, avaliando sua relação com o índice de desenvolvimento humano por município (IDHM) para compreender as relações entre esses índices nos destinos turísticos brasileiros, observa-se que os destinos com maior e menor índice de competitividade geral no turismo também são os mesmos, em sua maioria, com os maiores e menores índices de

desenvolvimento humano, respectivamente. Dessa forma, o presente trabalho pode compreender que há uma relação entre as duas variáveis. A análise de correlação permitiu identificar uma associação positiva entre o IC e o IDH. Além disso, quase todos os 65 destinos, à exceção de 4, têm IDHM entre médio e muito alto, levando a uma associação entre maior IDHM, maior o turismo. Outra observação importante é que todos os destinos presentes na lista dos 10 maiores IDHMs e 10 maiores ICs entre os 65 indutores, são capitais. Enquanto isso, os destinos presentes, tanto na lista de menores IDHMs, como menores ICs entre os 65, não são capitais.

O maior IC fica com São Paulo, que também é o primeiro lugar em relação a Acesso, Serviço e Equipamento, Atrativos, Monitoramento, Economia Local e Capacidade Empresarial, mas não é o primeiro lugar no IDHM e nem em suas variáveis, ocupando o 4º lugar entre os 7. Já a respeito do maior IDHM, a posição é de Florianópolis, que também é o primeiro lugar nas variáveis Renda, Longevidade e Educação, porém, Florianópolis não ocupa o primeiro lugar em nenhuma variável analisada pelo IC, tendo o 6º maior IC dentre os 7.

O menor IC é de Mateiros, que também tem o menor índice em Infraestrutura, Serviço e Equipamento, Políticas Públicas e Aspectos Sociais, já com relação ao seu IDHM, Mateiros ocupa a terceira menor posição dentre os 6. A respeito do menor IDHM, a posição é ocupada por Barcelos, que também tem o menor IDHM Longevidade e Educação, já a respeito das variáveis do IC, Barcelos tem a menor pontuação em Marketing e Cooperação Regional. O menor IDHM Renda é de Barreirinhas que também é responsável pela menor pontuação em Economia Local.

Com tais análises mais profundas a respeito dos destinos em específico, pode-se perceber que há uma grande influência entre as variáveis IDHM e IC, principalmente nos menores IDHMs e menores ICs, onde uma menor renda impacta numa menor economia local. Para futuras pesquisas, propõe-se abordar a evolução dos índices de competitividade entre os anos, além de analisar o comportamento de novas variáveis que possam impactar, diretamente ou indiretamente, esses índices.

Em vista dos dados apresentados, pode-se mencionar a dificuldade de encontrar dados precisos em relação a cada dimensão. Destaca-se, contudo, que ainda há um enorme trabalho pela frente tanto em relação a conhecimentos científicos como quanto à aplicação prática de trabalhos relacionados à competitividade nos destinos; para isso sugere-se a verificação das ações de políticas públicas se as mesmas são planejadas com antecedência, ou não, e, também, compreender a relação dos impactos econômicos observados nos destinos.

Por fim, ressaltam-se as contribuições deste estudo que podem ser relevantes para três esferas: academia, gestão e sociedade. Para a academia, já que uniu dados de duas temáticas importantes, com os índices de competitividade no turismo e de desenvolvimento humano, possibilitando novas conexões teóricas, para a gestão, tanto pública como privada, pois fornece informações para os gestores dos municípios, além de possíveis empreendedores que estejam buscando compreender melhor sobre as cidades, e, por fim, para a sociedade em geral, visitantes que buscam seus destinos turísticos ou residentes em busca de cidades com maior qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BUHALIS, D. Marketing the competitive destination in the future. **Tourism Management**, v. 21, n.1, p. 97–116, 2000. DOI: 10.1016/S0261-5177(99)00095-3.

CHIM-MIKI, A. F.; DOMARESKI-RUIZ, T. C.; BATISTA-CANINO, R. M. Uma análise das variáveis do estudo de competitividade turística brasileira sob os paradigmas da geografia econômica evolutiva e geografia econômica relacional. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n. 2, pp. 106-123, 2016. DOI: 10.18226/21789061.v8i2p106.

CROUCH, G. I.; RITCHIE, J. R. B. Tourism, Competitiveness and Societal Prosperity. **Journal of Business Research**, v. 44, n. 3, p. 137-152, 1999. DOI: 10.1016/S0148-2963(97)00196-3.

DOMARESKI-RUIZ, T. C.; AKEL, G. M.; GÂNDARA, J. M. G. Estudos de Competitividade Turística – Comparativo do Modelo de Dwyer e Kim e do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Brasil. **Turismo e Sociedade**, v. 8, n. 1, 2015. DOI: 10.5380/tes.v8i1.34299.

DOMARESKI-RUIZ, T. C.; GÂNDARA, J.G. Destinos turísticos como territórios de inovação: análise dos vetores de competitividade urbana à luz dos pressupostos sugeridos pela união europeia, por meio do relatório ‘State of European Cities’. **Revista Turismo-Visão e Ação**, v. 17, n. 3, p. 758-784, 2015. DOI: 10.14210/rtva.v17n3.p758-784.

DOMARESKI, T. C. **A Competitividade das Destinações Turísticas: O caso de Foz do Iguaçu (PR), BRASIL**. 2011. 182 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2011.

FAGERBERG, J.; SRHOLEC, M.; KNELL, M. The competitiveness of nations: why some countries prosper while others fall behind. **World Development**, v. 35, n. 10, p. 1595-1620, 2007. DOI: 10.1016/j.worlddev.2007.01.004.

FAVERO, I. M. R. A Competitividade do Turismo: O Caso de Bento Gonçalves – Serra Gaúcha. In: VIII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2012, Caxias do Sul. **Anais Eletrônicos** [...]. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/05/01_40_05_Favero.pdf. Acesso em: 27 out. 2017.

FONTELES, J. O. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GÂNDARA, J. M. G. A imagem dos destinos turísticos urbanos. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, v. 16, n. especial, 2008.

HAIR, J. F. Jr; BLACK, W. C.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de dados**. 6a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HASSAN, S. Determinants of Markets Competitiveness in an Environmentally Sustainable Tourism Industry. **Journal of Tourism Research**, v. 38, n. 3, p. 239-245, 2000. DOI: 10.1177/004728750003800305.

KIM, C.; DWYER, L. Destination Competitiveness and bilateral tourism flows between Australia and Korea. **The Journal of Tourism Studies**. v. 14, n. 2, p. 55-67, 2003.

LIMBERGER, P. F.; DOS ANJOS, F. A.; FILLUS, D. Análise da implantação e operação do Plano de Desenvolvimento Turístico de Itajaí (SC). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 1, p.78-94, 2012.

MALAKAUSKAITE, A.; NAVICKAS, V. The Role of Clusters in the Formation Process of Tourism Sector Competitiveness: Conceptual Novelties. **Economics and Management**, v. 15, p. 149 - 154, 2010.

MATTEI, T. F.; BEZERRA, F. M.; MELLO, G. R. de. Despesas Públicas e o Nível de Desenvolvimento Humano dos Estados Brasileiros: uma análise do IDHM 2000 e 2010. **RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 17, n. 1, p. 29-54, jan./abr. 2018. DOI: 10.18593/race.v17i1.10296.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Ações e programas – Índice de competitividade do turismo nacional. **Destinos indutores do desenvolvimento regional**. Brasília. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4885-indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 8 ago. 2017.

_____. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

MONTEIRO, M., FERNANDES, P.O. Competitividade de destinos turísticos: o caso das ilhas de Cabo Verde. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 4, p. 875-896, 2015. DOI: 10.25145/j.pasos.2015.13.060.

MOTA, K. C. N.; VIANNA, S. L. G.; DOS ANJOS, F. A. **Competitividade das destinações turísticas: estudo de casos brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva: Criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

_____. **Estratégia Competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 18 ed. São Paulo: Campus, 1986.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, 96p. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf. Acesso em: 26 out. 2017.

PRZYBYSZEWSKI, J.; FERNANDES, P. O.; NIADA, A. C. M. A competitividade turística entre as regiões brasileiras. **Rev. Anais Bras. De Est. Tur./ABET**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p.65 – 81, 2017.

RODRIGUES, R. C.; PEREIRA, M. L.; AÑAÑA, E. D. Competitividade de destinos turísticos: Avaliação da cidade de Rio Grande, RS, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 4, pp. 541-560, 2015. DOI: 10.18226/21789061.v7iss4p541.

SEBRAE. **Biblioteca do SEBRAE**. Caderno 1: Entendendo o atrativo turístico. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/serie-apresenta-oportunidades-e-tendencias-no-setor-deturismo,e16a6d461ed47510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 26 out. 2017.

SETTE, I. R.; SANTOS, G. E. O.; UVINHA, R. R. Modelos de Competitividade de Destinos Turísticos: Evolução e Críticas. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, v. 11, n. 1, p. 92-115, 2017. DOI: 10.17648/raoit.v11n1.4517.

SOARES, A. M. Porto Seguro – Bahia – Turismo Predatório e (In) Sustentabilidade Social. **GeoGraphos**, v. 7, n. 87, 2016. DOI: 10.14198/GEOGRA2016.7.87(21).

VIANNA, S. L. G.; STEIN, G. V. Competitividade e a qualidade de vida dos residentes: Percepções iniciais da destinação turística Jericoacoara, CE. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 7, n. 4, pp. 474-488, 2015. DOI: 10.18226/21789061.v7iss4p474.

VIEIRA, D. P.; HOFFMANN, V. E.; DIAS, C. N.; CARVALHO, J. M. Atributos Determinantes da Competitividade dos Destinos de Sol e Praia Brasileiros. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 2, p. 128-143, São Paulo, maio/ago. 2019. DOI: 10.7784/rbtur.v13i2.1557.